



Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 3

**Marcos William Kaspchak Machado
(Organizador)**

Atena
Editora
Ano 2019

Marcos William Kaspchak Machado
(Organizador)

Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I34 Impactos das tecnologias nas ciências humanas e sociais aplicadas
3 [recurso eletrônico] / Organizador Marcos William Kaspchak
Machado. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. –
(Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais
Aplicadas; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-163-3

DOI 10.22533/at.ed.633191103

1. Ciências sociais aplicadas. 2. Humanidades. 3. Tecnologia.
I.Machado, Marcos William Kaspchak. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “*Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 3*” aborda uma série de capítulos de publicação da Atena Editora, subdivididos em 4 volumes. O volume III apresenta, em seus 33 capítulos os estudos mais recentes sobre aplicação de ferramentas educacionais básicas e aplicadas à inclusão, além de uma série de capítulos que abordam o cenário atual do sistema educacional brasileiro.

As áreas temáticas de educação e suas ferramentas de inclusão mostram o papel de desenvolvimento social, onde incluir ferramentas de inovação no ambiente educacional é, além de um desafio, um objetivo de direcionar à sociedade ao futuro esperado por todos e sem desigualdades.

A educação é historicamente uma ciência de propagação e disseminação de progresso, percebido no curto e longo prazo em uma sociedade. Observamos que a construção da ética, proveniente da educação e inclusão, traz resultados imediatos no ambiente em que estamos inseridos, percebidos na evolução de indicadores sociais, tecnológicos e econômicos.

Por estes motivos, o organizador e a Atena Editora registram aqui seu agradecimento aos autores dos capítulos, pela dedicação e empenho sem limites que tornaram realidade esta obra que retrata os recentes avanços inerentes ao tema.

Por fim, espero que esta obra venha a corroborar no desenvolvimento de conhecimentos e novos questionamentos a respeito do papel transformador da educação, e auxilie os estudantes e pesquisadores na imersão em novas reflexões acerca dos tópicos relevantes na área social.

Boa leitura!

Marcos William Kaspchak Machado

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
REFLEXÃO SOBRE A AVALIAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO	
Manoel de Jesus Bastos	
DOI 10.22533/at.ed.6331911031	
CAPÍTULO 2	11
O PROCESSO AVALIATIVO EM LÍNGUA PORTUGUESA: EFEITOS NA VIDA DE PROFESSORES E ALUNOS	
Alba Cristhiane Santana	
Vitória Palhares França	
DOI 10.22533/at.ed.6331911032	
CAPÍTULO 3	26
O LÚDICO COMO POSSIBILIDADE NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO	
Suélen Normando da Silva Vasconcelos	
Sangelita M. Franco Mariano	
DOI 10.22533/at.ed.6331911033	
CAPÍTULO 4	27
APLICABILIDADE DE UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA DE PONTUAÇÃO (ANOS INICIAIS): DA TEORIA À PRÁTICA	
Raimunda Francisca de Sousa	
Anderson Cristiano da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6331911034	
CAPÍTULO 5	43
REFORÇO ESCOLAR: UMA MANEIRA LÚDICA DE APRENDER	
Ivonilda Rosa Pereira Nascimento	
Marineusa Carvalho Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.6331911035	
CAPÍTULO 6	51
A PRODUÇÃO DE JOGOS DIDÁTICOS PARA O ENSINO DE BIOLOGIA: UMA EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Natalia Carvalhaes de Oliveira	
Sandra Zago Falone	
Natalie Tolentino Serafim	
Matheus Ribeiro Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.6331911036	
CAPÍTULO 7	58
JUVENTUDE E ESCOLA NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE DE GOIÁS	
Divina Aparecida Correia da Silva Marcelino	
Maria Zenaide Alves	
DOI 10.22533/at.ed.6331911037	

CAPÍTULO 8 65

O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO PPGSS/UFPB NOS ANOS 2000:
UMA ANÁLISE A PARTIR DAS DISSERTAÇÕES DE MESTRADO VINCULADAS À ÁREA DE
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL

Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida

Lucicleide Cândido dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.6331911038

CAPÍTULO 9 80

PROFESSOR MEDIADOR – UMA ANÁLISE LITERÁRIA DO DOCENTE E SEU PAPEL JUNTO AS
NOVAS GERAÇÕES

Isaura Maria dos Santos

Mario Augusto de Souza

DOI 10.22533/at.ed.6331911039

CAPÍTULO 10 85

PROGRAMA DE REFORÇO DE CONTEÚDOS DO ENSINO MÉDIO COMO ESTRATÉGIA PARA
REDUZIR A REPROVAÇÃO DE CALOUROS E MELHORAR OS INDICADORES DE PERMANÊNCIA
NO ENSINO SUPERIOR

Glaucia da Silva Brito

Dione Maria Menz

Eduarda de Sousa Lemos

Karine Danielle Muzeka

Paula Cristina Stopa

DOI 10.22533/at.ed.63319110310

CAPÍTULO 11 93

UTILIZAÇÃO DE MAPAS CONCEITUAIS COMO ESTRATÉGIA DE INOVAÇÃO METODOLÓGICA:
RELATO DE EXPERIÊNCIA

Karla Rona da Silva

Marina Dayrell de Oliveira Lima

Leila de Fátima Santos

DOI 10.22533/at.ed.63319110311

CAPÍTULO 12 104

REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE SAÚDE E O USO DE METODOLOGIAS ATIVAS DE
APRENDIZAGEM

Priscila Santos da Silva Navarenho

Renato Campos Pierotti

Maria Angela Boccara de Paula

DOI 10.22533/at.ed.63319110312

CAPÍTULO 13 112

METODOLOGIAS ATIVAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM
SAÚDE: CONSTRUÇÃO DE LIVRO DIDÁTICO DIGITAL UTILIZANDO A SALA DE AULA INVERTIDA
E A PROBLEMATIZAÇÃO

Rafaela Benatti de Oliveira

Isabel Cristina Chagas Barbin

Henrique Salustiano Silva

Ana Carolina Castro Curado

Marcia Cristina Aparecida Thomaz

DOI 10.22533/at.ed.63319110313

CAPÍTULO 14 123

O QUIZ DO BIS: USO DO KAHOOT COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM

Danilo Sande Santos
Denise Sande
Leandro Andrade Sande da Silva
Larissa Sande de Oliveira
Mirian Silva Adorno

DOI 10.22533/at.ed.63319110314

CAPÍTULO 15 129

O *LISTENING* NAS AULAS DE INGLÊS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: POSSIBILIDADES COM O USO DE VÍDEO DO *YOUTUBE*

Daniela Bandeira Navarro

DOI 10.22533/at.ed.63319110315

CAPÍTULO 16 138

USO DE MATERIAIS ALTERNATIVOS PARA DESENVOLVIMENTO DE AULAS EXPERIMENTAIS

Karla Soares Matias
Karla Nara da Costa Abrantes
Clemerson Fernandes da Silva
Kesley dos Santos Ribeiro
Nubia Abadia Silva
Luciano Alves da Silva

DOI 10.22533/at.ed.63319110316

CAPÍTULO 17 145

USO DA EXPERIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE MODELOS DIDÁTICOS NO ENSINO DE QUÍMICA

Paulo César dos Santos
Adrielly Aparecida de Oliveira
Luciana Maria Borges
Tiago Clarimundo Ramos

DOI 10.22533/at.ed.63319110317

CAPÍTULO 18 151

BIOQUÍMICA NO ENSINO MÉDIO: CONTRIBUIÇÕES DE UM JOGO DIDÁTICO SOBRE CARBOIDRATOS E LIPÍDIOS

Adrielly Aparecida de Oliveira
Paulo César dos Santos
Tiago Clarimundo Ramos

DOI 10.22533/at.ed.63319110318

CAPÍTULO 19 155

JOGO DO MAPA METABÓLICO: NOVAS ESTRATÉGIAS PARA O ENSINO DE BIOQUÍMICA

Natália Tomich Paiva Miranda
Andréia Almeida Mendes
Roberta Mendes Von Randow

DOI 10.22533/at.ed.63319110319

CAPÍTULO 20	165
COLETA, ISOLAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DE COGUMELOS: Atividade Prática Supervisionada	
Alessandra Cristine Novak Sydney Eduardo Bittencourt Sydney Bárbara Ruivo Válio Barretti	
DOI 10.22533/at.ed.63319110320	
CAPÍTULO 21	177
EXPLORANDO ORGANELAS: TECNOLOGIA E LUDICIDADE A FAVOR DA INCLUSÃO	
Daise Fernanda Santos Souza Maria Angélica Cezário Isabel Thayse Barbosa Regina Maria de Fátima Dias	
DOI 10.22533/at.ed.63319110321	
CAPÍTULO 22	183
BURRO D'ÁGUA DE LIGAÇÕES QUÍMICAS	
Karla Nara da Costa Abrantes Karla Soares Matias Kesley dos Santos Ribeiro Tatiana de Oliveira Zuppa Nubia Abadia Silva Luciano Alves	
DOI 10.22533/at.ed.63319110322	
CAPÍTULO 23	189
JOGO LÚDICO SOBRE ABELHAS NATIVAS COMO MEDIAÇÃO NO PROCESSO ENSINO- APRENDIZAGEM	
Thaís de Oliveira Saib Chequer Thaís de Moraes Ferreira Patrícia Batista de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.63319110323	
CAPÍTULO 24	195
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE: UMA RELAÇÃO COM O ENSINO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA CRÍTICA	
Regimar Alves Ferreira Luciene Lima de Assis Pires	
DOI 10.22533/at.ed.63319110324	
CAPÍTULO 25	204
A EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E A CIÊNCIA PÓS-MODERNA DE BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS	
Sandro Luiz Leseux Lucenildo Elias da Silva Marta Maria Pontin Darsie	
DOI 10.22533/at.ed.63319110325	
CAPÍTULO 26	217
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO INFANTIL (CREI): UM ESPAÇO PARA CRIANÇAS SURDAS NA CIDADE DE JOÃO PESSOA/PB	
Ana Dorziat Edleide Silva do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.63319110326	

CAPÍTULO 27	234
PERFIL DOS ALUNOS DE EJA EM ITAÚBA – MT	
Nilson Caires Ferreira	
Camila José Galindo	
DOI 10.22533/at.ed.63319110327	
CAPÍTULO 28	245
EQUOTERAPIA COMO AUXILIO A ANDRAGOGIA	
Alvaro Bubola Possato	
Priscila Santos da Silva Navarenho	
Josiane Guimarães	
Patrícia Ortiz	
DOI 10.22533/at.ed.63319110328	
CAPÍTULO 29	253
AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO	
Jaqueline Moraes Freitas	
Gabriela Ferreira Alves	
Fabio Pereira Santana	
DOI 10.22533/at.ed.63319110329	
CAPÍTULO 30	265
UMA REFLEXÃO SOBRE O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA, A REALIDADE ESCOLAR E A FORMAÇÃO CONTINUADA.	
Silvania Leopoldina Dos Santos Martins	
Rudinelia Silva Freitas de Oliveira	
Jamille Almeida dos Santos	
Ivonilda Rosa Pereira Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.63319110330	
CAPÍTULO 31	271
EDUCAÇÃO ESCOLAR EM UNIDADE DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA - A VISÃO DE PROFESSORES: UMA HIATO ENTRE O PROPOSTO E O VIVIDO.	
Daiane Trindade da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.63319110331	
CAPÍTULO 32	275
A SUBVERSÃO DA EDUCAÇÃO: NARRATIVAS DO PROCESSO FORMATIVO DO DETENTO NO CONTEXTO PENITENCIÁRIO E SEU IMPACTO NA RESSOCIALIZAÇÃO	
Thayla F. Souza e Silva	
Filomena Maria de Arruda Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.63319110332	
CAPÍTULO 33	288
O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DOS INDICADORES DA QUALIDADE NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE SALVADOR: UMA EXPERIÊNCIA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA	
Roberta Pereira Souza do Carmo	
Antonio Amorim	
DOI 10.22533/at.ed.63319110333	
SOBRE O ORGANIZADOR	301

O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DOS INDICADORES DA QUALIDADE NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE SALVADOR: UMA EXPERIÊNCIA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

Roberta Pereira Souza do Carmo

Universidade do Estado da Bahia
Programa de Mestrado Profissional Gestão e
Tecnologias aplicadas à Educação
Salvador/Ba

Antonio Amorim

Universidade do Estado da Bahia
Programa de Mestrado Profissional Gestão e
Tecnologias aplicadas à Educação
Salvador/Ba

RESUMO: Este artigo é fruto da dissertação de mestrado, de mesmo título, realizada no Programa de Mestrado Profissional Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Seu problema de pesquisa parte da discussão acerca da implantação da autoavaliação institucional na primeira etapa da educação básica através do uso dos *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (Indique)*. Seu objetivo foi verificar se a prática da autoavaliação institucional ocorrida com a aplicação do Indique nos Centros Municipais de Educação Infantil de Salvador (CMEIs) se caracterizou numa experiência eficaz de gestão democrática. A pesquisa foi realizada em dez instituições e teve como sujeito seus gestores. A metodologia adotada pautou-se na abordagem qualitativa que teve a pesquisa bibliográfica como alicerce

e utilizou-se a entrevista semiestruturada e o questionário. Os resultados obtidos revelaram a importância e a eficácia dessa ação democrática no âmbito das instituições de educação infantil, apesar dos equívocos e incoerências ocorridas no processo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. Indicadores da Qualidade. Gestão Democrática. Autoavaliação.

ABSTRACT: This article is the result of a master's degree dissertation, held in the Master's Program in Management and Applied Technologies for Education (GESTEC) of the State University of Bahia (UNEB). His research problem starts with the discussion about the implementation of institutional self-assessment in the first stage of basic education through the use of Quality Indicators in Child Education (Indicate). Its objective was to verify if the practice of the institutional self-evaluation occurred with the application of the Indicate in the Municipal Centers of Early Childhood Education of Salvador (CMEIs) was characterized in an effective experience of democratic management. The research was carried out in ten institutions and had as subject its managers. The adopted methodology was based on the qualitative approach that had the bibliographical research as a foundation and was used the semi-structured interview and the

questionnaire. The results obtained revealed the importance and the effectiveness of this democratic action in the scope of the institutions of early childhood education, despite the mistakes and inconsistencies that occurred in the process.

KEYWORDS: Early Childhood Education. Quality Indicators. Democratic management. Self-evaluation.

1 | INTRODUÇÃO

O acesso a Educação Infantil tornou-se legalmente um direito, com a CF/88. Porém, essa prerrogativa não se traduziu na oferta de um atendimento institucional de qualidade que viesse a possibilitar o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos em condições adequadas e satisfatórias de aprendizagem. Este é, na contemporaneidade, o desafio que se impõe para essa modalidade de ensino, que transita em meio às contradições e dificuldades encontradas no âmbito institucional das creches e pré-escolas.

Os desafios das instituições para essa área são inúmeros, pois, além de uma estrutura física precária ainda há restrições quanto ao respeito à garantia dos seus direitos fundamentais, quanto ao suprimento de materiais didáticos e equipamentos da escola, quanto à formação adequada do professor para lecionar nessa etapa, quanto à melhoria salarial dos profissionais da educação e muitos outros. Porém, é necessário reconhecer que com a democratização do acesso a Educação Infantil proposto na década de 90 por meio da expressiva expansão de matrículas para crianças das creches e pré-escolas tem sido crescente a preocupação do governo brasileiro com a questão da qualidade das instituições de ensino para o atendimento a primeira etapa da educação básica, apesar dessa preocupação já existir desde a CF/88, que em seu artigo 206, inciso VII estabelece “a garantia de padrões de qualidade” como um dos princípios norteadores da educação escolar brasileira. Esta, por sua vez, foi reafirmada na LDB nº 9394/96, em seu inciso IX do artigo 3º e 4º ao destacar a necessidade da garantia de padrão mínimo de qualidade de ensino para essa modalidade.

Os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (Indique), cuja elaboração foi resultado do esforço conjunto do MEC/SEB da Ação Educativa, da Fundação Orsa, da Undime e do Unicef, foi publicado no ano de 2009 com o intuito de iniciar a discussão sobre a questão da qualidade da educação infantil no âmbito da primeira etapa da educação básica. Visando incentivar a implementação de uma cultura da autoavaliação num modelo participativo e aberto a toda comunidade, seu âmbito de ação deve contemplar as vozes dos diferentes envolvidos, direta ou indiretamente, no processo educativo.

Possuindo como pressuposto básico a adoção da gestão democrática como modelo de gestão implementado na instituição de ensino, o Indique tem como pilar de sustentação o princípio da participação. Embora, a realização da autoavaliação não seja obrigatória, o MEC recomenda que todas as instituições da rede pública e

rede privada conveniada com o poder público utilizem o documento. Baseada nessa prerrogativa foi que a Secretaria Municipal de Educação de Salvador/BA no ano de 2011 recomendou seu uso a todas as unidades escolares de Educação Infantil.

Frente as diversas leituras e resultados da ação avaliativa observados nas diversas unidades escolares da rede municipal resolvemos compreender como o processo ocorreu levando-o a torná-lo objeto de estudo no mestrado. A pesquisa teve como objetivo verificar se o uso dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil ao permitir a prática da autoavaliação institucional participativa se caracterizou numa experiência eficaz de gestão democrática no contexto investigado e se ele contribuiu para a melhoria da qualidade do atendimento oferecido pelos Centros Municipais de Educação Infantil de Salvador.

A pesquisa revelou evidências e impressões sobre a cultura organizacional que se estabelece nas instituições educativas públicas, como também, apresentou contribuições, contradições e limitações do uso do instrumento autoavaliativo Indicadores da Qualidade na Educação Infantil no contexto por hora encontrado nos Centros Municipais de Educação Infantil de Salvador(CMEIs) e, ainda, desencadeou um diálogo a acerca da importância da autoavaliação institucional participativa no âmbito da primeira etapa da educação básica.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como percurso metodológico, por obter um enfoque qualitativo o estudo caminhou pela pesquisa bibliográfica e documental. A realização da pesquisa bibliográfica foi o primeiro passo dado onde procuramos realizar uma fundamentação teórica sobre os temas chaves da pesquisa.

Inicialmente nos debruçamos sobre a Educação Infantil procurando discorrer sobre sua história, legislação, seus avanços e os desafios na busca pela qualidade, posteriormente, surgiu a necessidade buscar uma compreensão mais apurada sobre a incorporação da Educação Infantil ao cenário dos sistemas municipais de ensino e passamos a discorrer sobre as reformas educacionais e seus desdobramentos na Educação Infantil para trazer à tona o diálogo sobre a gestão escolar democrática e suas implicações na Educação Infantil. E por último buscamos compreender a avaliação institucional no âmbito da Educação Infantil procurando contextualizar a preocupação com a qualidade das instituições de Educação Infantil nos documentos oficiais elaborados com essa finalidade, dando destaque ao documento Indicadores da Qualidade da Educação Infantil. E por fim procuramos discorrer sobre autoavaliação institucional participativa defendendo-a como uma alternativa promissora para o acompanhamento da qualidade nas instituições de Educação Infantil.

Enquanto procedimento técnico realizamos uma pesquisa de campo. Inicialmente fomos em busca das instituições de Educação Infantil que tinham aplicado o

documento, o que não foi uma tarefa fácil pois, não havia registro de acompanhamento da realização do processo nos arquivos da Secretaria Municipal de Educação (SMED) e nem nas Coordenadorias Regionais. Já com os nomes das escolas em mãos, fomos a campo e aplicamos os recursos metodológicos previstos (realização de entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários) numa amostragem de 10 instituições. Entramos em contato com profissionais da Diretoria de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação de Salvador/BA que realizava o assessoramento pedagógico dessas instituições e realizamos uma entrevista.

Por ter escolhido uma amostragem considerável resolvemos então ouvir apenas um elemento da escola, o gestor escolar, mesmo sabendo que tratava-se de um processo democrático onde todos os membros da comunidade escolar e local fazem parte. Essa escolha se baseou no fato de que ele foi o membro da escola diretamente responsabilizado pela efetivação da avaliação e também, por reconhecê-lo como um elemento receptor e articulador de todas as vozes que ecoam no interior da escola: pais, professores, alunos, funcionários e comunidade local.

Na análise dos dados empíricos obtidos na pesquisa de campo optamos por organizá-los por categorias e em cada uma desenvolvemos descrições das falas dos sujeitos. Essas foram refletidas à luz das referências bibliográficas abordadas na pesquisa e também a partir da experiência da pesquisadora como profissional de educação da rede municipal de ensino de Salvador.

A sensibilidade, a neutralidade e a escuta atenta foram elementos essenciais na constituição dessa etapa para dar sentido as percepções, aos indícios e as evidências que foram se apresentando ora de forma direta ou indireta expressadas por meio de mensagens subliminares e ocultas nas falas e postura dos entrevistados. Na reflexão sobre os achados da pesquisa utilizamos a teoria da avaliação formativa da educação por não encontrar referencial teórico específico sobre a eficácia da autoavaliação institucional participativa no âmbito da Educação Infantil.

Os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil

Os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil, cuja elaboração foi resultado do esforço conjunto do MEC/SEB da Ação Educativa, da Fundação Orsa, da Undime e do Unicef, foi publicado no ano de 2009 com o intuito de iniciar uma discussão sobre a questão da qualidade da Educação Infantil incentivando a implementação de uma cultura da autoavaliação num modelo participativo.

Nesse cenário se caracterizam por serem “um instrumento de autoavaliação da qualidade das instituições de educação infantil, por meio de um processo participativo e aberto a toda comunidade” (BRASIL,2009, p.7), o que significa dizer que o processo desenvolvido deve contemplar as vozes dos diferentes envolvidos, direta ou indiretamente, no processo educativo (professoras(es), diretoras(es), funcionárias(os), familiares, pessoas da comunidade, conselheiros tutelares, parceiros) da unidade

escolar.

O objetivo desse instrumento é que o uso da avaliação institucional seja um meio de mobilizar profissionais da educação, alunos, familiares e demais interessados para a melhoria da qualidade na educação, onde numa ação coletiva cada um venha a comprometer-se individualmente na melhoria da qualidade da educação da escola na qual estão envolvidos tomando por base a definição de práticas educativas que respeitem os direitos fundamentais das crianças. Sua pretensão é “contribuir com as instituições de educação infantil no sentido de que encontrem seu próprio caminho na direção de práticas educativas que respeitem os direitos fundamentais das crianças e ajudem a construir uma sociedade mais democrática” (BRASIL, 2009, p.12).

O Indique propõe uma metodologia autoavaliativa específica às unidades de educação infantil. Apresenta sete dimensões de qualidade para a Educação Infantil e em cada uma dessas dimensões há um conjunto de indicadores que devem ser avaliados por meio de perguntas. Para cada pergunta respondida coletivamente em pequenos grupos se atribui uma cor que sinalizam a avaliação feita de forma participativa pelo grupo, sendo, verde se a avaliação for boa\positiva, amarela se a avaliação for mediana, ou seja, se é preciso melhorar e vermelha se a avaliação for ruim\negativa.

Embora, a realização da autoavaliação não seja obrigatória, o MEC recomenda que todas as instituições da rede pública e rede privada conveniada com o poder público utilizem o documento.

A importância da autoavaliação institucional participativa no âmbito da

Educação Infantil

De acordo com Fernandes (2002, p. 105) “é a avaliação que nos revela se a escola está cumprindo seu papel e oferecendo educação de qualidade”. Portanto, ela é o princípio básico para o entendimento da escola em todas as suas dimensões.

Ao passar a ouvir a voz de todos os integrantes da comunidade escolar, não apenas do educando, a avaliação institucional deu uma nova conotação ao ato de avaliar dentro da escola democrática, pois, ao entender que não há democratização sem participação social para que ocorra o aperfeiçoamento dos processos, a avaliação institucional “tornou-se uma preocupação essencial para a melhoria dos serviços das escolas e universidades e para a conquista de maior autonomia” (GADOTTI, s/d). De acordo com o autor

A avaliação institucional não mais é vista como sendo um instrumento de controle burocrático e centralização, em conflito com a autonomia. Ela está sendo institucionalizada como um processo necessário da administração do ensino, como condição para a melhoria do ensino e da pesquisa e como exigência da democratização. [...] Por isso, deve ser mais instituída até tornar-se uma demanda explícita das escolas.

Ao assumir como questão central a qualidade educativa, em combinação com a visão sistêmica da unidade escolar e orientação proativa para se chegar a melhores resultados a avaliação institucional adquiriu uma perspectiva mais completa e pedagógica. Segundo Dias Sobrinho (1995, p. 61),

A avaliação institucional não é um instrumento de medida de atividades de indivíduos isolados, nem de trabalhos deslocados de seus meios de produção; não é um mecanismo para exposição pública de fragilidades ou ineficiências de profissionais individualizados. A avaliação institucional deve ser promovida como um processo de caráter essencialmente pedagógico.

Sob essa ótica, a avaliação passa a ser vista como um importante instrumento gerencial e pedagógico no interior das instituições de ensino, pois, para o autor a “avaliação institucional deve ser uma ação sistemática e global, que ultrapasse amplamente as avaliações pontuais e corriqueiras da vida escolar” (p. 63).

Belloni (1998) compartilha dessa mesma ideia quando afirma que devemos entender a avaliação institucional como “o processo sistemático de busca de subsídios para melhoria e aperfeiçoamento da qualidade da instituição”. Partindo dessa compreensão, a autora sinaliza que a avaliação institucional no campo da educação “pretende ser um instrumento para o aprimoramento da gestão pedagógica e administrativa, tanto das escolas quanto dos sistemas educacionais, com vistas à melhoria da qualidade”, tendo como objeto instituições ou políticas públicas e refere-se:

À análise do desempenho global da instituição, considerando todos os fatores envolvidos, em face dos objetivos ou missão da instituição, no contexto social, econômico, político e cultural no qual está inserida. Envolve avaliar seus processos de funcionamento e seus resultados, inseridos na realidade social, identificando os fatores favoráveis ao bom andamento e aqueles responsáveis pelas dificuldades, com vistas à sua superação. (BELLONI, 1998, p.3)

Dentro dessa perspectiva teórica, se bem conduzida e utilizada pela maioria das instituições de ensino ela certamente concorre para consubstanciar-se “como instrumento de melhoria da educação com impacto no processo de transformação social” (Ibid).

Segundo Belloni (1998) a prática da avaliação institucional tem dois objetivos importantes a serem alcançados em primeiro lugar ela deve promover uma autoconsciência da instituição, na medida em que, permite aos indivíduos envolvidos conhecerem as limitações com as quais trabalham, assim como, também deve garantir as informações necessárias para a tomada de decisão por parte daqueles a quem esta competência foi delegada em todos os níveis.

Ao tornar possível o aprofundamento do olhar sobre a escola a partir de um diagnóstico global e preciso sobre seus processos a avaliação institucional viabiliza condições para traçar novos rumos e tomadas de decisões baseadas no que foi percebido enquanto aspectos que precisam ser melhorados a fim de viabilizar seu crescimento, seu progresso. No momento em que a avaliação institucional abraça

a perspectiva democrática e passa a ser realizada a partir de uma metodologia autoavaliativa ela promove a transformação gradual dos processos sociais, pedagógicos e administrativos com vistas ao alcance da missão da instituição, ao constituir-se num ato de permanente reflexão e análise de objetivos, processos e resultados da instituição escolar.

Concebida, portanto, enquanto um processo formativo a avaliação institucional pode funcionar como um fio condutor para a promoção de melhorias no interior da escola, e no momento em que ela integra os esforços de todos os envolvidos no processo educativo de forma coletiva desenvolvendo o comprometimento e o engajamento da comunidade escolar e local na promoção da emancipação da escola ela se torna um instrumento promissor da qualidade ao abranger a participação ativa de todos os atores envolvidos direta e indiretamente com a instituição escolar.

Assumindo um caráter transformador a autoavaliação institucional participativa busca empreender a ruptura de estruturas sedimentadas e obsoletas tornando possível a renovação de concepções e práticas que levem a superação das dificuldades e problemas do cotidiano e a melhoria da qualidade daquilo que já se faz de positivo. Este avanço passa a consolidar-se a partir de ações intencionais e articuladas por uma gestão escolar democrática, participativa onde a avaliação institucional caracteriza-se em uma ferramenta da gestão no sentido de direcionar as práticas educativas rumo à definição de melhorias do serviço educacional oferecido à sociedade.

3 | RESULTADOS ENCONTRADOS

Na sistematização dos dados cada pergunta da entrevista realizada com as gestoras foi alvo de análise e interpretadas com base na revisão de literatura abordada na pesquisa. Algumas das respostas foram apresentadas em forma de dados percentuais com o objetivo de dar maior nitidez aos achados da pesquisa.

Ao dar início as entrevistas questionamos inicialmente como ocorreu o conhecimento das gestoras sobre o Indique. Obtive como resposta que 60% das entrevistadas ficaram sabendo da existência do Documento na reunião realizada pelos técnicos da Secretaria Municipal de Educação quando as mesmas foram solicitadas a realizarem sua aplicação e 40% afirmaram que já conheciam o instrumento de outras fontes. Apenas duas gestoras comentaram que possuíam o Documento na escola, pois o mesmo foi enviado pelo MEC para todas as unidades escolares de Educação Infantil. Estas afirmaram que o Documento servia como consulta e o utilizavam como parâmetro para no planejamento das ações da escola. De fato, todos os CMEIs possuíam o Indique e apesar do Documento existir na escola nenhuma das gestoras entrevistadas chegou a ter uma iniciativa autônoma de aplicá-lo. A opção pela sua utilização não partiu do desejo interno da comunidade escolar em nenhuma das instituições investigadas.

Se faz importante dizer que apesar da solicitação da Secretaria Municipal de Educação quanto a aplicação do instrumento nos CMEIs muitas unidades escolares não realizaram a autoavaliação da escola naquela época. Ao questionar o motivo da não realização foi dito que ao apreciar o Documento ficou claro que sua aplicação é de adesão voluntária da comunidade escolar, portanto, a escola teria autonomia para aplicá-lo ou não.

Questionamos sobre qual foi a reação da comunidade escolar quando convidada a realizar a autoavaliação da escola e segundo os relatos em 80% dos CMEIs houve por parte do corpo docente posturas que denotaram resistência, desconfiança, descrédito e medo e em 20% foi dito que a notícia foi recebida com tranquilidade pela comunidade escolar. Como ação de sensibilização para incentivar a participação dos familiares dos alunos foi elaborado cartazes, avisos, reuniões e falas ao público na entrada e saída dos alunos com o objetivo também de informá-los sobre o processo.

O processo de aplicação do Indique avaliado pela pesquisa ocorreu no ano de 2012 nos diferentes ambientes dos CMEIs e foi aplicado em maioria, pelas gestoras entrevistadas em parceria com os demais membros da comunidade escolar (vice-diretor, coordenador pedagógico e os professores).

No que se refere à metodologia de aplicação do instrumento autoavaliativo a pesquisa revelou que a mesma foi alterada na maioria das instituições. Em 80% dos Centros houve alteração e apenas 20% das instituições pesquisadas realizaram o processo de acordo com a orientação metodológica trazida no instrumento. As alterações realizadas foram: exclusão da participação dos pais; restrição à apenas a presença do representante do segmento pais do Conselho Escolar como representação da família; fragmentação das dimensões determinando o que caberia a cada segmento da escola avaliar; participação apenas da comunidade escolar e gestão; participação apenas do corpo docente da escola e gestão.

Uma grande contradição ficou evidenciada entre a prática e a fala das gestoras que ao serem solicitadas a classificar sua gestão em democrática, participativa, centralizadora ou autoritária em 100% definiram sua gestão como sendo participativa e dentre essas 90% ainda classificaram a mesma como sendo uma gestão democrática. Curioso que aquelas que mais mencionaram em seus discursos as palavras democracia, bem como, gestão democrática e gestão participativa como conduta assumida na sua função, foram justamente as que cercearam a participação da família e dos funcionários da escola na avaliação.

Na apreciação das respostas das gestoras quanto a como ocorreu a participação dos segmentos envolvidos (professoras(es), diretoras(es), funcionárias(os), familiares, pessoas da comunidade, conselheiros tutelares, parceiros, etc) no processo foi revelado que o processo de autoavaliação não contou com a presença de todos os membros da comunidade escolar e familiares dos alunos como orienta o instrumento. Apenas 70% realizou o processo com toda a comunidade escolar e deste 60% realizou o processo com a comunidade escolar e a família, embora não tenha sido num mesmo

momento; 40% desprezaram a presença da família e 30% desprezaram a presença dos funcionários da escola.

Apesar das mudanças ocorridas na implantação dos Indicadores nos CMEIs ao serem solicitadas a avaliar a participação dos presentes no processo autoavaliativo as gestoras entrevistadas afirmaram que ainda assim o processo se caracterizou numa experiência avaliativa positiva.

Acreditando que um processo como esse contribui para desnudar a realidade presente no cotidiano das escolas questionamos às gestoras quais foram as observações feitas pelos presentes sobre o cotidiano de uma instituição pública que se destacaram durante a experiência. Dentre elas foram citadas a negligência da Secretaria Municipal de Educação em realizar o que é da sua competência administrativa no interior dos Centros para que se tenha um funcionamento regular e de qualidade, o quanto se faz necessário que uma instituição de Educação Infantil que atua em regime de tempo integral tenha procedimentos claros e bem definidos a serem seguidos, a limitada autonomia do gestor para demandar as questões administrativas e financeiras da escola e a ausência de coerência entre alguns indicadores em relação à realidade dos CMEI de Salvador.

No que se refere a identificação dos pontos positivos do processo vivido foi citado que a ação avaliativa possibilitou conhecer a opinião dos membros da equipe sobre o trabalho da gestão e ter clareza quanto aos avanços e conquistas já galgados, também desenvolveu o surgimento de uma postura crítica construtiva de todos sobre o trabalho do outro o que desencadeou o crescimento e o amadurecimento do grupo, bem como, o alargamento da consciência política da comunidade escolar da necessidade de cada um desenvolver bem sua função. Também foi mencionado a oportunidade de promover a compreensão dos pais e responsáveis sobre a função social de um CMEI desmistificando a ideia de que nesse espaço as crianças apenas brincam, dormem e se alimentam e, aos profissionais de educação oportunizou refletirem sobre o seu fazer pedagógico tendo como parâmetro a ação ideal apresentada nos indicadores o que permitiu perceber o quanto era preciso caminhar e investir na formação em serviço para aperfeiçoar o atendimento educacional oferecido às crianças pequenas.

Como pontos negativos e dificuldades apresentadas sobre o processo de implantação do Indique foram mencionados aspectos como: a questão do tempo escasso e corrido para realizar um processo longo e denso, a falta de uma formação sobre a metodologia de aplicação do instrumento, o tipo de linguagem e vocabulário utilizado na constituição das perguntas que acabavam dando margem a equívocos de interpretação, a ausência de exemplos práticos do cotidiano escolar para favorecer uma melhor compreensão sobre o que estava sendo avaliado, o fato do instrumento não corresponder em todas as dimensões a realidade dos CMEIs de Salvador e ter indicadores inexequíveis para esse contexto, e mais uma vez foi mencionado a falta de engajamento dos técnicos da Secretaria durante o processo e a ausência da devolutiva da avaliação pela SMED, sobretudo, sobre das ações de sua responsabilidade.

Questionamos, então, se a experiência tinha desencadeado alguma ação posterior, pois, o próprio Documento sugere que ao final da plenária, momento em que ocorrerá a concordância de todos os presentes com a cor atribuída a cada pergunta, o grupo estabeleça prioridades e comece a produzir o plano de ação a fim de solucionar os problemas emergenciais apontados e obtivemos como resposta que não houve em 100% das instituições a preocupação em elaborar o plano de ação de forma participativa e democrática, em maioria o plano foi realizado apenas com a participação da equipe gestora e pedagógica dos CMEIs.

Ao serem solicitadas a opinar se o instrumento avaliativo Indique cumpriu com a sua finalidade foi concluído que 40% das entrevistadas afirmaram que sim, que o instrumento cumpriu com a sua finalidade, 50% disseram que em parte e apenas 10% afirmou que ele não cumpriu com a sua finalidade. As ressalvas negativas se basearam no fato da aplicação do instrumento não ter gerado melhorias nas ações avaliadas que dizem respeito ao órgão central, ou seja, nos pontos em que a gestão da escola não tem autonomia administrativa nem financeira para resolver.

Ainda foram questionadas sobre se consideraram o processo como uma iniciativa eficaz para o acompanhamento da qualidade e aperfeiçoamento do trabalho realizado na instituição obtivemos os seguintes resultados: 70% das entrevistadas confirmaram a eficácia do processo para aperfeiçoamento da qualidade do atendimento realizado, por outro lado, 30% negaram a eficácia do mesmo.

Por fim foi questionado se o processo vivido caracterizou-se em uma experiência realmente democrática. Para este questionamento 80% disseram que sim e apenas 20% das entrevistadas afirmaram que em parte. Quando instigadas a falar sobre os aspectos favorecedores para o fortalecimento da gestão democrática dentro da escola dois aspectos foram destacados pela maioria: o envolvimento/a participação das pessoas no processo de avaliação como um todo e o comprometimento do grupo para realizar um trabalho de qualidade, além de ter favorecido o estreitamento da relação da gestão com os pais dos alunos.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou comprovado nos resultados da pesquisa que o seu objetivo geral foi alcançado, assim como os objetivos específicos traçados que buscaram responder as contribuições positivas, os pontos negativos do processo e os entraves do contexto investigado, bem como, averiguar o potencial e possíveis limitações do Indique para induzir melhorias na qualidade institucional dos espaços investigados.

Os ganhos apresentados como pontos positivos e contribuições do uso do instrumento *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil* foram extremamente relevantes por favorecer o fortalecimento da gestão democrática nos lócus de investigação como também, por promover a melhoria dos processos administrativos,

pedagógicos e sociais, desenvolvidos na instituição para o alcance da qualidade dos CMEIs, o que demonstra que o processo vivido, apesar dos nós e dos equívocos, foi uma experiência positiva e eficaz.

Os dados da pesquisa revelam que nas unidades escolares onde o processo ocorreu com a participação de todos os atores sociais da escola avaliando todas as dimensões propostas no instrumento autoavaliativo os ganhos com a realização da prática da autoavaliação participativa foram potencializados ao máximo. Em instituições onde o processo embora tenha sido desenvolvido de forma equivocada e fragmentada os ganhos também foram perceptíveis, apesar de em menor grau. O que não invalidou a constatação de que, apesar das alterações feitas na metodologia de aplicação do Indique, o processo vivido ter desencadeado melhorias para o desenvolvimento da prática educativa e administrativa, assim como, para o fortalecimento das relações interpessoais existentes em alguns dos espaços investigados, por promover uma reflexão dialogada entre os participantes sobre os processos desenvolvidos na escola para a obtenção de melhores resultados.

Acreditamos que vivenciar um momento de autoavaliação institucional, seja qual for à forma como ele for desenvolvido, já é um bom começo para qualquer instituição educativa que busca a qualidade, pois por ser um processo intenso de reflexão e redirecionamentos sobre a organização escolar, não há como sair ileso dessa experiência.

Todavia, os achados da pesquisa demonstraram que não houve 100% de clareza e consciência desses benefícios nas análises finais das gestoras sobre o resultado do processo. Uma justificativa plausível para esse indicativo acreditamos que tenha sido a ausência de consistência teórica sobre o que vem a ser uma autoavaliação institucional participativa e seus princípios, pois como sinaliza Luck (2012), para que uma avaliação institucional promova o desenvolvimento da escola no que se refere à melhoria da qualidade do serviço oferecido pela escola – o ensino –, e do desempenho de seus profissionais é necessário que sua implantação seja iniciada a partir de uma consistência teórica sólida e que seus pressupostos sejam explicitados.

Com efeito, foi possível perceber que a implementação da gestão democrática ainda é um grande desafio para as gestoras dos Centros Municipais de Educação Infantil de Salvador/BA. Ficou evidenciado na conduta das gestoras a existência de um abismo ainda muito grande entre o discurso democrático e a abertura a prática participativa do gestor escolar, o que denuncia a ausência de uma vivência democrática e de uma cultura de avaliação formativa no cotidiano de algumas instituições investigadas.

A gestão da escola deve estar pautada em princípios democráticos claros e consistentes, onde a participação da comunidade educativa se caracterize numa atuação consciente visando o alargamento da consciência crítica e o sentido de cidadania dos sujeitos que a integram. Contudo, é possível afirmar que esses espaços estão vivendo um processo de mudança de concepções e mentalidade sobre o papel do gestor escolar no favorecimento de uma construção democrática e participativa

para a melhoria da qualidade das instituições que gerenciam.

É preciso aceitar que a participação é na contemporaneidade condição *sine qua non* para o estabelecimento da mudança no interior das escolas. Corroboramos com Bourdenave (1994, p. 22) ao afirmar que participar é “fazer parte, tomar parte ou ter parte”, o que significa dizer que não basta propiciar espaços em que os sujeitos simplesmente “façam parte”, o desafio está em possibilitar espaços em que os sujeitos além de “fazerem parte” também “tomem parte”, ou seja, tenham um real poder de decisão.

E é aí que reside a nossa defesa sobre a efetividade da autoavaliação institucional participativa no contexto das instituições de educação infantil, que apesar de nos dias atuais ter maior reconhecimento da sociedade da sua importância para o desenvolvimento integral das crianças pequenas e dos ganhos futuros que quem as frequentam podem vir a ter em estudos posteriores, ainda é vista por muitos como um espaço improdutivo, assistencialista, e portanto, de baixa qualidade educativa.

Nesse sentido, se faz imperativo que se estabeleça uma mudança de mentalidade entre os gestores escolares, através do investimento em formações continuadas, sobre a compreensão do uso da autoavaliação institucional participativa e seus efeitos, pois, ao concebê-la como uma ferramenta potencializadora de mudanças que permite não só interpretar os dados fornecidos por ela, mas também confrontá-los entre si e com outros que já se tem disponível nas instituições (SORDI, 2009) é possível aperfeiçoar o que já se faz de positivo.

A pesquisa também constatou que a Secretaria Municipal de Educação de Salvador\BA, enquanto órgão mantenedor das condições físicas para o desenvolvimento de um projeto educativo de qualidade nos CMEIs está falhando na condução do seu papel. Se há a real intenção de promover um serviço educacional de qualidade nesses espaços, essa instância não pode se eximir das suas obrigações deixando a cargo do gestor escolar e de sua equipe todas as responsabilidades para o alcance desse objetivo, sem oferecer as condições necessárias e o devido apoio.

A escola é uma instituição complexa e um espaço de convivência de interesses múltiplos onde nem todos convergem para a mesma direção. Mas, cabe a escola e ao órgão central unir esforços coletivos no sentido de garantir que a função social da instituição de Educação Infantil seja preservada. Nessa perspectiva, a pesquisa sugere o estabelecimento de um compromisso a ser assumido entre gestor escolar e órgão central no sentido de firmar um acordo para a promoção de um projeto de “qualidade negociada” (BONDIOLI, 2004; FREITAS, 2009; 2012) que viabilize a efetividade da qualidade nos Centros Municipais de Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

AÇÃO EDUCATIVA et al. **Indicadores da qualidade na educação**. São Paulo: Ação Educativa, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Indicadores de Qualidade na Educação Infantil. Brasília : MEC/SEB, 2009.

BELLONI, Isaura. **Avaliação Institucional em Educação**. Anais do seminário: Avaliação Educacional: para além da avaliação de aprendizagem. Realização: Centro de Tecnologia e gestão Educacional do SENAC-SP. 19 a 20 de junho de 1998.

BONDIOLI, Anna (org). **O projeto pedagógico da creche e sua avaliação**: a qualidade negociada, Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

BOURDENAWE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. 8. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. – (Coleção Primeiros Passos; 95).

FERNANDES, M^a E. A. **Gestão da escola: desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro. DP& A Editora, 2002.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Qualidade negociada**: avaliação e contra-regulação na escola pública. Educação e Sociedade , Campinas, vol.26, n.92 - Especial, p. 911- 933, out.. 2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 12 ago. 2012.

FREITAS, L.C. de, SORDI, M.R.L., MALAVASI, M.M.S., FREITAS, H.C.L. **Avaliação educacional**: caminhando pela contramão. Petrópolis, RJ: Vozes. 2009.

GADOTTI, Moacir. **Avaliação institucional necessidade e condições para a sua realização**. Rio de Janeiro: UNDIME, p. 1-20. Disponível em: http://www.paulofreire.org/pub/Institu/SubInstitucional1203023491lt003Ps002/Avali_Institucional.pdf. Acesso em: 20/nov./2012.

DIAS SOBRINHO, J. e BALZAN, N.C. (org) **Avaliação Institucional**: teorias e experiências. São Paulo: Cortez, 1995.

SORDI, M. R. L. de, e LUDKE, M. **Avaliação institucional participativa em escolas de ensino fundamental**: o fortalecimento dos atores sociais. In: LEITE, Denise (org.). Avaliação participativa e qualidade. Porto Alegre: Sulina; Porto Alegre: Editora Universitária Metodista IPA, 2009. p. 155 – 172.

SOBRE O ORGANIZADOR

MARCOS WILLIAM KASPCHAK MACHADO Professor na Unopar de Ponta Grossa (Paraná). Graduado em Administração- Habilitação Comércio Exterior pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Especializado em Gestão industrial na linha de pesquisa em Produção e Manutenção. Doutorando e Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, com linha de pesquisa em Redes de Empresas e Engenharia Organizacional. Possui experiência na área de Administração de Projetos e análise de custos em empresas da região de Ponta Grossa (Paraná). Fundador e consultor da MWM Soluções 3D, especializado na elaboração de estudos de viabilidade de projetos e inovação.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-163-3

